



(Imagem cedida por NATO Special Operations Headquarters)

O Comando de Operações Especiais da OTAN, em Mons, na Bélgica, fornece adestramento às F Op Esp de países aliados e parceiros, a fim de aumentar a interoperabilidade. O objetivo é criar uma rede internacional de pessoal adestrado que possa responder a vários cenários que possam surgir simultaneamente em diferentes nações da OTAN.

As Forças de Operações Especiais da OTAN, o Contraterrorismo e o Ressurgimento do Terrorismo na Europa

1º Ten Matthew E. Miller, Reserva do Exército dos EUA

A ascensão do extremismo violento e os recentes ataques terroristas mostram que estamos lidando com um desafio qualitativamente novo.

—Secretário-Geral da OTAN Jens Stoltenberg

O Estado Islâmico (EI) expandiu-se e adentrou o campo do terrorismo internacional, com a derrubada de um avião de passageiros russo sobre o Sinai em outubro de 2015; os ataques suicidas na Turquia em 2015 e 2016; e os ataques em Paris em novembro de 2015¹. Em consequência, os Estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aturdidos com a magnitude de uma ameaça dirigida por atores estrangeiros, poderiam invocar o Artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte de 1949 para a defesa coletiva na Europa². O Artigo 5 estipula que todos os signatários “concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas”³. Esse princípio de defesa coletiva reconhece que o terrorismo é uma ameaça à aliança da OTAN.

Nas semanas que se seguiram aos ataques de 2015 em Paris, houve considerável debate sobre a possibilidade de a França invocar o Artigo 5⁴. A França decidiu não fazê-lo. Na realidade, o ataque da Al Qaeda contra os Estados Unidos da América (EUA) em 11 Set 01 é o único caso em que uma nação aliada tenha invocado o Artigo 5 com o intuito de “restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte”⁵. Em menos de 24 horas após o 11 de Setembro, a aliança da OTAN determinou que os EUA haviam sido objeto de um ataque armado e que o ataque havia sido dirigido por atores estrangeiros. Subsequentemente, a OTAN auxiliou os EUA com sete aeronaves AWACS (sistema aéreo de alerta e controle), conduzindo mais de 360 sortidas no espaço aéreo norte-americano, além de apoiar operações marítimas no Mediterrâneo⁶.

A Necessidade de Forças de Operações Especiais da OTAN

Apesar da existência de uma clara e comprovada ameaça terrorista transfronteiriça à OTAN como um todo, ocorre que, por falha política ou rejeição

da realidade, o contraterrorismo (C Trr) ainda não é uma das missões principais das Forças de Operações Especiais (F Op Esp) da OTAN. Em consequência, sem uma missão doutrinária de C Trr, é provável que as F Op Esp da OTAN sejam formal ou informalmente suplantadas pelas unidades de C Trr das F Op Esp nacionais de um Estado membro no caso de uma crise terrorista em larga escala, uma abordagem bem menos efetiva para lidar com um problema coletivo. Assim, considerando a rápida expansão do EI e a crescente ameaça do terrorismo na Europa, está na hora de as F Op Esp da OTAN estabelecerem o C Trr como uma missão principal.



(Imagem cedida por NATO Special Operations Headquarters)

O site da OTAN deixa claro que suas F Op Esp estão prontas para serem enviadas para a Ásia, África ou Oriente Médio, mas também reconhece que talvez precisem operar na Europa, conforme a organização se adaptar a novas ameaças⁷. Ainda que a França tenha decidido não invocar o Artigo 5 no último incidente de terrorismo, não é inconcebível que um ou mais Estados membros com uma capacidade menor de F Op Esp que a daquele país possam ser sobrepujados por um ataque terrorista em larga escala semelhante ao do 11 de Setembro ou, o que é mais provável, por uma série de ataques complexos como os ocorridos em Mumbai e Paris⁸. Muitos dos signatários da OTAN que aderiram após a queda da União Soviética simplesmente não contam com a capacidade orgânica para lidar com redes de terrorismo dirigidas por atores estrangeiros e bem providas de recursos que operem entre ou dentro de países europeus. Qualquer Estado membro com capacidades pouco desenvolvidas de C Trr por forças de segurança pública ou F Op Esp será mais propenso a invocar o Artigo 5, obrigando, assim, as nações aliadas a tomarem a ação “que considerar[em] necessária”, a fim de “restaurar e garantir a segurança”⁹. Portanto, as F Op Esp da OTAN devem ser seu elemento capaz de prover apoio de C Trr a esses Estados membros mais jovens.

Em 29 Set 15, o primeiro-ministro da Hungria advertiu que a migração em massa de países como o Afeganistão, a Síria, o Iraque e a Líbia gravavam o risco



(Foto de Peter Andrews, Reuters)

Integrantes da força militar especial polonesa do *Grupa Reagowania Operacyjno-Manewrowego* ("Grupo de Resposta de Manobra Operacional", ou GROM) removem reféns durante adiestramento em resgate, 13 Abr 12, como parte dos preparativos para o torneio de futebol UEFA Euro 2012, em Gdansk, na Polônia.

de desestabilizar a Europa¹⁰. Só a Alemanha previa receber entre 800 mil e 1 milhão de refugiados até o final de 2015. Acredita-se que alguns deles tenham viajado com passaportes sírios falsos¹¹. Sabe-se que pelo menos um dos responsáveis pelos ataques de novembro de 2015 em Paris viajou com um passaporte desses, e a Frontex (agência de controle de fronteira da União Europeia) informou que alguns indivíduos solicitaram *status* de refugiado com base em sua falsa cidadania síria¹². O Serviço Geral de Inteligência e Segurança da Dinamarca relatou que, na primeira década do século XXI, grupos terroristas como a Al Qaeda estavam "se infiltrando secretamente" na Europa¹³. Essas redes terroristas estabelecidas na Europa terão, agora, uma nova oportunidade para recrutamento, com base nessa onda de migração em massa da Síria e de outras partes do Oriente Médio.

O terrorismo islâmico na Europa está, muitas vezes, vinculado, direta ou indiretamente, à imigração e aos desafios de integração social ou rejeição da assimilação, até mesmo na segunda ou terceira gerações¹⁴. A crise de

refugiados de 2015 transformou a ameaça de terrorismo na Europa. Primeiro, organizações terroristas como a Al Qaeda e o EI provavelmente tentarão inserir agentes terroristas na população de refugiados legítimos, a fim de conduzir ataques ou formar um novo núcleo na Europa¹⁵. Segundo, os ex-combatentes que estejam fugindo ou retornando de áreas de combate do Oriente Médio e do norte da África continuarão a representar uma ameaça terrorista. A desilusão com o processo de reintegração e com os desafios da sociedade ocidental pode levar esses indivíduos com experiência em combate a se radicalizarem e a estabelecerem, ou restabelecerem, antigos contatos terroristas¹⁶. A terceira ameaça é o possível aumento do número de imigrantes de segunda ou terceira geração sendo radicalizados como células independentes ou em colaboração com um dos dois grupos citados anteriormente¹⁷. Considerando os ataques do EI em Paris em 2015 e a migração em massa de refugiados de países devastados pela guerra, está na hora de as F Op Esp da OTAN adotarem o C Trr como uma de suas missões principais.

História das Unidades de Contraterrorismo

Historicamente, o estabelecimento de unidades e capacidades de C Trr em âmbito nacional sempre foi motivado pelo terrorismo e por crises. O primeiro ímpeto para o desenvolvimento de capacidades de C Trr em âmbito nacional na Europa deu-se em resposta a um ataque conduzido durante os Jogos Olímpicos de Verão em Munique, na Alemanha, em 1972. Durante os jogos, um grupo palestino chamado Setembro Negro entrou na Vila Olímpica e, em seguida, sequestrou e matou vários atletas israelenses. Em meio à confusão e à resposta mal administrada das forças de segurança pública, a polícia alemã deu início a uma tentativa de resgate que terminou de forma trágica, com a morte de nove atletas israelenses no aeroporto. Nenhum dos policiais alemães havia recebido treinamento em resgate de reféns, combate cerrado ou tiro de tocaia. Menos de 60 dias depois, o governo alemão formou o *Grenzschutzgruppe 9 der Bundespolizei*, conhecido por GSG-9, primeira unidade da Alemanha dedicada ao C Trr¹⁸.

Logo após o que ficou conhecido como Massacre de Munique e o estabelecimento do GSG-9, a França seguiu o exemplo alemão com a criação do *Groupe d'Intervention de la Gendarmerie Nationale*, ou GIGN¹⁹. Uma diferença significativa entre as duas organizações era o *status* do GSG-9 como parte dos órgãos de segurança pública, ao passo que o GIGN era uma unidade das Forças Armadas francesas. Essa distinção é importante porque há países da OTAN cujas Forças Armadas podem não estar autorizadas a exercer funções de segurança pública, enquanto outros Estados parceiros não permitem que Forças Armadas estrangeiras operem dentro de suas fronteiras. A distinção legal das F Op Esp da OTAN na resposta de um Estado membro com base no Artigo 5 está além do escopo desta discussão, mas é uma questão importante, se a organização adotar capacidades e responsabilidades de C Trr como uma missão principal de suas F Op Esp.

Os EUA optaram por desenvolver capacidades de C Trr tanto nas forças de segurança pública quanto nas Forças Armadas, mas somente depois de enfrentar sua própria crise de reféns, o “cerco hanafita”, entre 9 e 11 de março de 1977. O extremista violento (para utilizar o linguajar atual), nascido nos Estados Unidos e convertido ao Islã, Hamaas Abdul Khaalis arregimentou

um grupo de doze atiradores para sitiar três edifícios em Washington D.C., mantendo 149 reféns durante 39 horas. O grupo de Khaalis tomou um andar do edifício John A. Wilson, a sede da organização judaica B'nai B'rith e o Centro Islâmico de Washington D.C. Os atiradores fizeram várias exigências, como a de que o governo dos EUA lhes entregasse alguns homens, que haviam sido condenados pela morte de parentes de Khaalis, e a de que todas as cópias do filme *Maomé, o Mensageiro de Allah*, estrelado por Anthony Quinn, fossem destruídas, por o considerarem uma afronta ao Islã²⁰. O cerco de 39 horas terminou sem um grande número de mortos. Dos 149 reféns, dois morreram de ferimentos causados por armas de fogo, sofridos durante o ataque inicial, e os demais foram liberados após negociações conduzidas por embaixadores egípcios.

Durante o cerco, o Governo dos EUA solicitou a assistência do FBI (Federal Bureau of Investigation) e do Departamento de Defesa no caso de uma possível missão de resgate de reféns. Nem o FBI nem o Departamento de Defesa dispunham de unidades adestradas com as devidas capacidades de C Trr²¹. Não havia sido uma prioridade para suas Forças Armadas durante a Guerra Fria ou para seu setor de segurança pública interna, que acreditava que o terrorismo era, de modo geral, um problema europeu; contudo, tanto o FBI quanto o Departamento de Defesa dariam início a esforços para desenvolver capacidades significativas de C Trr dentro de um ano.

Cada um desses incidentes representou uma mudança no nível de ameaça nacional, o que exigiu um aumento das capacidades internas de C Trr. Por sua vez, 2015 assistiu a uma transformação drástica no nível de ameaça europeu. O terrorismo transnacional na Europa e a maior letalidade de complexos ataques terroristas devem servir de estímulo para que as F Op Esp da OTAN adotem o C Trr como uma missão principal, antes que surja um pedido formal de defesa coletiva.

A Doutrina de Operações Especiais da OTAN e o Contraterrorismo

Com a maior probabilidade de que as F Op Esp da OTAN sejam chamadas a apoiar o elemento de C Trr das forças especiais ou a unidade de C Trr dos órgãos de segurança pública de um Estado membro, a organização precisa definir os procedimentos de coordenação internacional para tais ações nos âmbitos

interagências e interministerial. Foi imprescindível estabelecer planos de segurança coletiva para uma resposta de C Trr antes de uma invocação do Artigo 5 em virtude do caráter multinacional das atuais ameaças terroristas e da complexidade cada vez maior do ambiente de segurança europeu. De modo geral, isso teve início com a decisão da cúpula em Riga, em 2006, de lançar uma diretriz de transformação das F Op Esp da OTAN destinada a aumentar a interoperabilidade e o diálogo entre suas unidades²².

Conforme observado anteriormente, a doutrina das F Op Esp da OTAN não considera o C Trr como uma de suas três missões principais. A primeira publicação doutrinária de F Op Esp da OTAN, Publicação Conjunta Aliada 3.5, *Doutrina Conjunta Aliada para Operações Especiais* (AJP-3.5, *Allied Joint Doctrine for Special Operations*), identifica as três principais missões das F Op Esp da OTAN como assistência militar, reconhecimento especial e ação direta²³.

Surpreendentemente, a AJP-3.5 inclui um único parágrafo dedicado ao C Trr²⁴. Aparentemente, a doutrina de C Trr das F Op Esp da OTAN se resume a quatro frases extraídas diretamente do documento *NATO's Policy Guidelines on Counter-Terrorism* (“Diretrizes

Gerais da OTAN sobre Contraterrorismo”, em tradução livre)²⁵. Em comparação, a lista de ressalvas, ou “Record of Specific Reservations”, da AJP-3.5, que, em essência, registra divergências quanto ao emprego de termos da doutrina conjunta pelas nações parceiras, ocupa uma página e meia²⁶. A AJP-3.5 reconhece, com efeito, que as operações especiais podem ocorrer como “parte das operações de defesa coletiva segundo o Artigo 5 ou de resposta a crise não relacionada ao Artigo 5, para cumprir as três tarefas essenciais da OTAN (defesa coletiva,

gestão de crises e segurança cooperativa)”, mas não define nenhum foco em C Trr²⁷. É evidente que qualquer uma das três missões principais das F Op Esp da OTAN poderia apoiar ou incluir uma missão de C Trr, mas isso não é suficiente para a atual (e crescente) ameaça. No atual ambiente de ameaças, o C Trr precisa ser uma prioridade das F Op Esp da OTAN. É improvável que o comando da organização tivesse em mente uma incursão de ação direta contra uma célula do EI no subúrbio de uma capital europeia quando a AJP-3.5 foi redigida, mas vem ficando cada vez mais plausível que as F Op Esp da OTAN venham a apoiar uma missão como essa.

A doutrina das F Op Esp da OTAN afirma, com efeito, que elas “devem ser empregadas quando houver um risco elevado, uma necessidade de capacidades especiais ou requisitos de condução de operações secretas ou clandestinas”²⁸. Vale considerar o caso das explosões nos trens de Madri, em 2004, que resultaram em 191 mortos e 1.800 feridos²⁹. A investigação levou as autoridades espanholas a um prédio de apartamentos em Leganés, Madri. Em 03 Abr 04, o *Grupo Especial de Operaciones* espanhol tentou conduzir uma incursão no prédio do suspeito de terrorismo.



(Foto de Jacky Naegelen, Reuters)

Militares franceses controlam área onde haviam sido trocados tiros cinco dias antes, em Saint-Denis, França, perto de Paris, 18 Nov 15, durante operação para capturar fugitivos responsáveis pelos ataques letais.

Quatro suspeitos cometeram suicídio, ao detonarem um grande dispositivo explosivo no prédio, matando um policial e ferindo outros onze³⁰. As autoridades espanholas não estavam preparadas nem aptas a conduzir uma incursão contra uma ameaça assimétrica em seu próprio solo.

Conclusão

Os Estados membros da OTAN precisam de uma instituição central de apoio, caso se vejam diante de uma enorme crise terrorista, e as F Op Esp da organização devem exercer esse papel. Além disso, as F Op Esp da OTAN devem ser devidamente providas de recursos, de modo que suas capacidades de C Trr atendam às necessidades das nações parceiras. No caso dos terroristas de Madri, essas necessidades talvez houvessem incluído pessoal e equipamentos de desativação de material bélico explosivo, a definição de quais unidades estavam prontas para a missão e o transporte até Madri.

Um outro desafio a ser enfrentado é a inexistência de *requisitos de capacidades mínimos* de C Trr das F Op Esp da OTAN. A AJP-3.5 apresenta os requisitos de capacidades mínimos para uma série de elementos das F Op Esp da OTAN, incluindo unidades terrestres e marítimas³¹. Esses requisitos de capacidades mínimos incluem habilidades especiais, como “guiamento de munições de precisão por meio de equipamentos de controle” para um elemento terrestre e “abordagem forçada em embarcações” para um elemento marítimo³². Entretanto, nenhuma das estruturas posicionáveis das F Op Esp da OTAN conta com capacidades definidas de C Trr. De fato, não existem requisitos de capacidades mínimos doutrinários de C Trr para as F Op Esp da OTAN na AJP-3.5. Caso invocasse o Artigo 5 hoje e incluísse um requisito de apoio de C Trr, um Estado membro sob ataque provavelmente receberia uma miscelânea de capacidades de C Trr.

O Maj Margus Kuul, da Estônia, sugere, em “NATO SOF Countries’ Three Main Mission Sets: Direct Action, Special Reconnaissance, Military Assistance”, que a maioria dos integrantes das F Op Esp da OTAN não dispõe dos recursos para manter as capacidades dessa área, incluindo capacidades secundárias fundamentais, como operações marítimas³³. Cabe fazer a seguinte pergunta: quais requisitos de capacidades mínimos valem mais no

atual ambiente de ameaças: os relativos ao C Trr, como o resgate de reféns e os caçadores urbanos, ou os relacionados a habilidades marítimas, como “nado operacional de combate utilizando equipamento de mergulho autônomo com dispositivos explosivos portáteis (*man-pack*)?”³⁴ A resposta está além do escopo desta análise, mas a pergunta terá de ser respondida pelo comando das F Op Esp da OTAN, caso o C Trr passe a ser uma de suas missões principais em um ambiente com restrição de recursos.

Kuul recomenda “mapear as capacidades reais” das unidades de F Op Esp dos Estados parceiros a fim de identificar necessidades específicas³⁵. Uma análise das capacidades existentes de C Trr das F Op Esp da OTAN decerto geraria benefícios se o C Trr fosse adotado como uma missão principal. Antes de estabelecer os requisitos de capacidades mínimos de C Trr para as F Op Esp da OTAN, deve ser feita uma análise dos programas de adestramento e da doutrina de todos os Estados membros da organização para identificar o meio mais eficiente para a padronização e adestramento de C Trr para as F Op Esp da OTAN.

O terrorismo na Europa continuará a ampliar-se no futuro próximo e, independentemente da atual doutrina e política da OTAN, o C Trr crescerá em importância para as F Op Esp da organização, que não devem esperar até que uma próxima crise terrorista influencie os políticos e os leve a forçar uma mudança na doutrina de C Trr. Devem começar a preparação para o C Trr como uma missão principal hoje, caso queiram ser relevantes quando um Estado membro invocar o Artigo 5.

Devem ser tomadas algumas medidas na expectativa de um realinhamento formal das missões principais. Primeiro, é preciso conduzir uma análise franca das capacidades de C Trr de todos os integrantes de F Op Esp da OTAN. Segundo, deve-se iniciar um diálogo entre os Estados parceiros sobre que funções de apoio de C Trr as F Op Esp da OTAN devem ou podem prover, após uma invocação do Artigo 5 por um ou múltiplos Estados. Por último, cabe analisar a doutrina de C Trr das F Op Esp de Estados membros para formular o melhor plano de padronização de adestramento e alocação de recursos à missão de C Trr. Dentro do espírito do ditado “F Op Esp competentes não podem ser criadas depois que as emergências acontecem”, o mesmo se aplica às parcerias, doutrina ou capacidades de missão de C Trr³⁶. ■

O Primeiro-Tenente Matthew E. Miller é Oficial de Inteligência Militar do componente da reserva do Exército dos EUA junto à 5ª Companhia Espacial, 1º Batalhão Espacial. Em seus 19 anos de serviço como praça, serviu, entre outras funções, como chefe de equipe de Operações Psicológicas, 2005-2006, em Bagdá, no Iraque. Possui títulos pela University of California, San Diego e pela London School of Economics.

Referências

Epígrafe. Jens Stoltenberg, NATO secretary general, "Doors-tep Statement", site North Atlantic Treaty Organization (NATO), 1 December 2015, acesso em 01 dez. 2015, http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_125358.htm.

1. U.S. Department of State (DOS), "Terrorist Designations of Groups Operating in Syria", site DOS, 14 May 2014, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2014/05/226067.htm>. O Departamento de Estado dos EUA designa o Estado Islâmico como um grupo terrorista. Outros nomes para o grupo incluem: Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL, na sigla em inglês), Estado Islâmico do Iraque e al-Sham (ISIS, na sigla em inglês), Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS, na sigla em inglês), ad-Dawla al-Islamiyya fi al-Iraq wa-sh-Sham, Daesh, Dawla al Islamiya e Estabelecimento de Produção de Mídia Al Furqan.

2. DOS, "What is NATO?" DOS website, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.state.gov/p/eur/rt/nato/nato2012/about/>; (NATO), "Collective Defence-Article 5", site da OTAN, última modificação em 22 mar. 2016, acesso em 11 mai. 2016, http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_110496.htm. A OTAN é uma aliança político-militar de 28 países da América do Norte e da Europa, ligados por valores democráticos em comum, que se uniram em busca da segurança e defesa com base no tratado da OTAN de 1949. O Artigo 5 do tratado pode ser invocado por um Estado membro para mobilizar as forças de outros Estados membros para medidas de defesa coletiva.

3. North Atlantic Treaty, 4 April 1949, 63 Stat. 2241, acesso em 24 nov. 2015, http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm. [Texto em português é a versão oficial constante do site da OTAN — N. do T.]

4. Damien Sharkov, "Ex-NATO Chief Says Paris Attacks Qualify for Global Response, Should France Request It", site Newsweek, 17 November 2015, acesso em 24 nov. 2015, http://www.newsweek.com/ex-nato-chief-says-paris-attacks-qualify-global-response-should-france-request-395410?piano_t=1 (subscription required).

5. NATO, "Collective Defense-Article 5".

6. Linda D. Kozaryn, "Rumsfeld Thanks NATO as AWACS Planes Head Home", American Forces Press Service, 2 May 2002, acesso em 11 mai. 2016, <http://archive.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=44105>.

7. "Versatile Special Operations Forces for New Threats", site NATO, 22 May 2014, acesso em 11 mai. 2016, http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_111124.htm.

8. Kevin Johnson, "Mumbai was Big Lesson in Paris-Style

Attack", site USA Today, 22 November 2015, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.usatoday.com/story/news/2015/11/22/mumbai-paris-attacks-lessons/76117470/>.

9. The Economist, "How NATO's Article 5 Works", blog *The Economist Explains*, 9 March 2015, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2015/03/economist-explains-6>.

10. Margit Feher, "Migrant Crisis Threatens Europe's Stability, Hungary Leader Warns", *Wall Street Journal*, 29 September 2015, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.wsj.com/articles/migrant-crisis-threatens-europes-stability-hungary-leader-warns-1443577861#> (assinatura requerida).

11. "Migrant Crisis: Many Migrant Falsely Claim to be Syrians", site *The Telegraph*, 29 September 2015, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/germany/11891219/Refugee-crisis-Many-migrants-falsely-claim-to-be-Syrians-Germany-says-as-EU-tries-to-ease-tensions.html>.

12. Marcus Walker e Noemie Bisserbe, "Paris Stadium Attacker Got to Europe Using Fake Syrian Passport", site *Wall Street Journal*, 16 November 2015, acesso em 3 jun. 2016, <http://www.wsj.com/articles/paris-stadium-attacker-entered-europe-via-greece-1447698583>; e Raja Abdulrahim, "Thriving Black Market for Fake Syrian Passports Raises Concerns", site *Wall Street Journal*, 15 November 2015, acesso em 3 jun. 2016, <http://www.wsj.com/articles/thriving-black-market-for-fake-syrian-passports-raises-concerns-1447614598> (assinatura requerida).

13. Robert S. Leiken, "Europe's Angry Muslims", *Foreign Affairs* (July/August 2005), acesso em 11 mai. 2016, <http://www.cfr.org/religion/europes-angry-muslims/p8218>.

14. Ekaterina Stepanova, "Radicalization of Muslim Immigrants in Europe and Russia: Beyond Terrorism", PONARS Eurasia Policy Memo Number 29, Stockholm International Peace Research Institute, (August 2008), p. 1, acesso em 11 mai. 2016, http://www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/pepm_029.pdf.

15. Brian Michael Jenkins, *The Implications of the Paris Terrorist Attack for American Strategy in Syria and Homeland Security*, testimony before the Senate Homeland Security and Governmental Affairs Committee, 114th Cong. (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2015), 5, acesso em 11 mai. 2016, http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/testimonies/CT400/CT445/RAND_CT445.pdf.

16. Charles Lister, *Returning Foreign Fighters: Criminalization or Reintegration?* (Washington, DC: Brookings Doha Center Publications, 2015), p. 2, acesso em 24 nov. 2015, <http://www.brookings>.

edu/~media/research/files/papers/2015/08/13-foreign-fighters-lister/en-fighters-web.pdf.

17. Laura Strickler, "Homegrown Terror Threat Higher in Europe than U.S., Academics Say", *site CBS News*, 15 January 2015, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.cbsnews.com/news/homegrown-terror-threat-higher-in-europe-than-united-states-academics-say/>.

18. Para obter mais informações sobre o *Grenzschutzgruppe 9 der Bundespolizei*, veja o site da Polícia Federal Alemã, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.bundespolizei.de>.

19. Para obter mais informações sobre o *Groupe D'Intervention de la Gendarmerie Nationale*, veja o site do National Gendarmerie Intervention Group, acesso em 11 mai. 2016, <http://www.gendarmerie.interieur.gouv.fr/gign/>.

20. Theresa Vargas, "Some Things You Never Forget", *site Washington Post*, 12 March 2007, accessed 11 mai. 2016, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/03/11/AR2007031101562.html>.

21. Garrett M. Graff, *The Threat Matrix, The FBI at War* (Boston: Little, Brown & Company, 2011).

22. NATO, "Riga Summit Declaration", *site NATO*, 29 November 2006, acesso em 11 May 2016, <http://www.nato.int/docu/pr/2006/p06-150e.htm>.

23. NATO Standard Allied Joint Publication (AJP)-3.5, *Allied Joint Doctrine for Special Operations*, Edition A, Version 1 (Brussels: NATO Standardization Agency, 13 December 2013), acesso em 3 mai. 2016, <http://nso.nato.int/nso/zPublic/ap/AJP-3.5%20EDA%20V1%20E.pdf>.

24. *Ibid.*, 2-2.

25. NATO, "NATO's Policy Guidelines on Counter-Terrorism", *site NATO*, last modified 24 May 2012, acesso em 11 mai. 2016, http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_87905.htm.

26. AJP-3.5, p. V.

27. *Ibid.*, p. 1-2.

28. *Ibid.*, 2-4. Cabe observar que os franceses discordaram da palavra "clandestino" no "Record of Specific Reservations" (p. V). Em francês, "clandestino" implica que uma operação é ilegal, e a França recomenda que a expressão "opérations clandestines" seja substituída por "opérations secrètes" ou "opérations dissimulées".

29. Tom Burridge, "Spain Remembers Madrid Train Bombings 10 Years On", *site BBC News*, 11 March 2014, acesso em 6 jun. 2016, <http://www.bbc.com/news/world-europe-26526704>.

30. "Madrid Bombing Suspects", *site BBC News*, 10 March 2005, acesso em 11 mai. 2016, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3560603.stm>.

31. AJP-3.5, 3-4 e 3-5. Os elementos posicionáveis incluem o Grupo-Tarefa de Operações Especiais (Special Operations Task Group — SOTG), um "agrupamento autossuficiente, nacional [combinado se o SOTG for multinacional] de F Op Esp terrestres e/ou marítimas", e uma Unidade de Tarefas de Operações Especiais (*Special Operations Task Unit — SOTU*), o elemento de F Op Esp de nível tático do escalão mais baixo que é "desdobrado em ar, terra ou mar e está apto a conduzir assistência militar, reconhecimento especial ou ação direta".

32. *Ibid.*, 2-4 e A-1. O "Annex A—Levels of Allied SOF Capabilities" descreve os requisitos de capacidades mínimos da OTAN.

33. Margus Kuul, "NATO SOF Countries' Three Main Mission Sets: Direct Action, Special Reconnaissance, Military Assistance", *CTX Journal* 4(3) (2014), acesso em 24 nov. 2015, <https://globalecco.org/310#>.

34. AJP-3.5, A-3.

35. Kuul, "NATO SOF Countries".

36. United States Special Operations Command, *SOF Truths*, *site U.S. Special Operations Command*, acesso em 3 mai 2016, <http://www.socom.mil/Pages/SOFTruths.aspx>.